

# Discute-se um GAZETA MERCANTIL amplo acerto - 9 DEZ 1994 com estados

por Claudia Safatle  
de Brasília

A equipe de transição do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, discute, ainda de forma embrionária, um modelo de política para os bancos estaduais, no bojo de um acordo político com os novos governadores que assumem dia 1º de janeiro próximo. A base desse acordo seria os governos estaduais, a exemplo do que pretende fazer o governo federal a partir de 1995, promoverem uma forte privatização de empresas públicas para, com as receitas apuradas, recomprar parte da dívida mobiliária estadual, que hoje monta a R\$ 23 bilhões.

Numa primeira fase, seria feita a "federalização" das dívidas estaduais. Ou seja, os títulos dos estados, em poder dos bancos estaduais, seriam substituídos por papéis do Tesouro Nacional. Com isso, os bancos estaduais que carregam esses títulos ganhariam de imediato com a redução do

adicional de risco que é cobrado pelo mercado através de uma maior taxa de juros. Cálculos feitos por técnicos do Banco Central indicam que para o Banespa rolar a dívida de R\$ 9 bilhões do Tesouro paulista, com um diferencial de taxa de 0,3% ao mês, em relação aos papéis federais, a instituição pagaria, em doze meses, R\$ 230 milhões. Ao "federalizar" a dívida estadual, esse custo desapareceria.

Numa etapa seguinte, assim que os estados comessem a apurar receitas com a privatização de suas empresas, começariam a resgatar os títulos, iniciando um processo de efetiva redução do estoque da dívida mobiliária. Durante o período em que o vencimento dos papéis não estivesse coincidindo com o efetivo ingresso da receita de privatização, haveria pura e simplesmente uma rolagem, sem resgates. Esse é um modelo. Outros estão em avaliação e há, ainda, várias perguntas sem resposta.

Enquanto não se decide exatamente o que será negociado entre o novo governo federal e as administrações estaduais, um grupo técnico do BC e do Ministério da Fazenda recomenda a extensão da troca de títulos entre bancos estaduais e Banco Central por mais uns dois ou três meses. Tempo que seria gasto na elaboração de uma solução mais estrutural para o problema dos bancos estaduais.

Em troca, os governos dos estados - sobretudo os que têm maiores problemas, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - assumiriam alguns compromissos com a União, tais como: não emitirem títulos estaduais por uns vinte anos; empenharem-se para a aprovação da reforma tributária no âmbito da revisão constitucional; arcarem com novas responsabilidades, hoje financiadas pela União, também através da revisão constitucional, que construiria um novo pacto federativo; ajustarem suas finanças; enxugarem as estruturas de seus bancos, entre outros compromissos.

Embora a proposta de "federalização" ainda este-

ja em fase embrionária, as conversas dos representantes do presidente eleito com alguns governadores (São Paulo e Minas Gerais) já começaram.

Técnicos do Banco Central explicaram que a troca de títulos estaduais por LBC (Letras do Banco Central) feita nos últimos cinco meses já envolveu cerca de 60% do estoque da dívida mobiliária estadual. Não atingiu a totalidade da dívida - e esse é também um esquema de "federalização" - por falta de capacidade de alguns bancos fornecerem garantias.

Pela Constituição federal, o BC só pode operar com uma instituição financeira e não com tesouros estaduais. Portanto, só pode receber garantias dessas mesmas instituições. A troca, sendo entre títulos dos tesouros estaduais com o Tesouro Nacional, aumenta a flexibilidade para a concessão de garantias, podendo, assim, envolver todo o estoque da dívida dos estados.